

Montesquieu: a divisão dos três poderes

Resumo

Montesquieu e a divisão dos três poderes:



Montesquieu (1689 – 1755), filósofo francês e filho de nobres, crítico feroz da monarquia absolutista e do clero, escreveu um importante livro para a Política denominado “O espírito das leis”. Nesta obra ele trata das leis e das instituições a partir de um vasto estudo sobre as legislações existentes em diversos lugares do mundo e em diferentes momentos do tempo. Ele desenvolveu uma teoria de governo em que, seguindo as ideias do constitucionalismo, a autoridade é conferida por meios legais, o que seria fundamental para impedir decisões políticas violentas e arbitrárias.

Deve-se a Montesquieu a ideia da separação e da harmonia dos poderes, o que hoje é ainda vigente nas democracias contemporâneas. Ele parte da ideia de que apenas o poder pode frear o poder e, portanto, é necessário que cada um dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) permaneça autônomo, não podendo ser constituído pelas mesmas pessoas. É importante notar que o artigo 16 da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, de 1789, que afirma que “Toda sociedade em que não for assegurada a garantia dos direitos e determinada a separação dos poderes não tem Constituição”.

No entanto, é notável o fato de que a separação dos poderes, pela qual o filósofo francês é mais conhecido, não é tão clara quanto pode parecer se levarmos a sério o conjunto da sua principal obra, “O espírito das leis”. Há passagens que sugerem que a separação que ele propunha não era tão rígida assim. A questão principal era haver uns equilíbrios, uma harmonia, entre esses poderes.

Vem que tem mais:



Exercícios

1. (Enem 2013) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
 - b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
 - c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
 - d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
 - e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.
2. (Uff 2012) De acordo com o filósofo iluminista Montesquieu, no livro clássico *O Espírito das Leis*, quando as mesmas pessoas concentram o poder de legislar, de executar e de julgar, instaura-se o despotismo, pois, para que os cidadãos estejam livres do **abuso de poder**, é preciso que "o poder freie o poder".
- Identifique a sentença que melhor resume esse pensamento de Montesquieu.
- a) Para que a sociedade seja bem governada é necessário que uma só pessoa disponha do poder de legislar, agir e julgar.
 - b) A separação dos poderes enfraquece o Estado e torna a sociedade vulnerável aos ataques de seus inimigos.
 - c) A separação e independência entre os poderes é uma das condições fundamentais para que os cidadãos possam exercer sua liberdade.
 - d) A sociedade melhor organizada é aquela em que o executivo goza de poder absoluto.
 - e) As mesmas pessoas podem concentrar o poder, desde que sejam bem intencionadas.

3. (Enem 2012) É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito

- a) ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
 - b) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
 - c) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
 - d) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
 - e) ao direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.
4. (Ufsj 2007) Segundo Montesquieu, há quatro tipos de crime:
- a) os da primeira espécie atentam contra os costumes; os da segunda, contra a religião; os da terceira, contra a segurança dos cidadãos; os da quarta, contra a tranquilidade.
 - b) os da primeira espécie atentam contra a religião; os da segunda, contra os costumes; os da terceira, contra a tranquilidade; os da quarta, contra a segurança dos cidadãos.
 - c) os da primeira espécie atentam contra a segurança dos cidadãos; os da segunda, contra a religião; os da terceira, contra a tranquilidade; os da quarta, contra os costumes.
 - d) os da primeira espécie atentam contra a tranquilidade; os da segunda, contra os costumes; os da terceira, contra a religião; os da quarta, contra a segurança dos cidadãos.
5. (Ufsj 2007) Segundo Montesquieu, Livro 8º, "Do Espírito das Leis", o espírito da democracia é corrompido quando
- a) se perde o espírito de igualdade.
 - b) o espírito de igualdade é esquecido.
 - c) o senado quer deliberar pelo povo.
 - d) os magistrados querem destruir os juízes.

6. (Ufsj 2007) Leia o trecho abaixo.

"Ninguém deverá se espantar se votos forem comprados a dinheiro. Não se pode dar muito ao povo sem retirar dele ainda mais, porém para retirar dele é necessário subverter o Estado. Quanto mais o povo pensa aproveitar de sua liberdade, mais se aproximará do momento em que deve perdê-la. Cria pequenos tiranos que possuem todos os vícios de um só. Em breve, o que resta da liberdade torna-se insuportável: surge um único tirano; o povo perde tudo, até mesmo as vantagens de sua corrupção".

MONTESQUIEU. Livro 8º: "Da corrupção dos princípios nos três governos". Cap. II, p. 113. Rio de Janeiro: Pensadores, 1979.

Conforme Montesquieu,

- a) vendendo seus votos o povo terá um governo com liberdade plena e governo digno.
- b) o povo conseguirá a sua liberdade vendendo os seus votos.
- c) é comum corruptores da democracia comprarem votos.
- d) com um governo tirano o povo também ganha vantagens de sua corrupção.

7. (Ufsj 2007) Leia o seguinte trecho.

"Não há palavra que tenha recebido as mais diferentes significações e que, de tantas maneiras, tenha impressionado os espíritos como a palavra liberdade. Uns tomaram-na pela facilidade em depor aquele a quem outorgaram um poder tirânico; outros, pela faculdade de eleger aquele a quem deveriam obedecer; outros, pelo direito de se armar, e de exercer a violência: estes, pelo privilégio de só serem governados por um homem de sua nação, ou por suas próprias leis".

MONTESQUIEU. Livro 11º. Das leis que formam a liberdade política em sua relação com a constituição, cap. II, p. 147, Rio de Janeiro: Pensadores, 1979

De acordo com esse trecho, a palavra "Liberdade"

- a) significa proibir o armamento a fim de promover segurança ao povo e aos governantes da nação.
- b) significa deixar o tirano governar e eleger a quem se deve obedecer.
- c) está sendo usada conforme adequação de costumes e inclinação de cada povo.
- d) é o mesmo que ser governado por leis elaboradas por homens que têm ideal político igual ao do povo.

8. O alvo dos ataques extremistas é o Iluminismo. E a melhor defesa é o próprio Iluminismo. "Por mais que seus valores estejam sendo atacados por elementos como os fundamentalistas americanos e o islamismo radical, isto é, pela religião organizada, o Iluminismo continua sendo a força intelectual e cultural dominante no Ocidente. O Iluminismo continua oferecendo uma arma contra o fanatismo". Estas palavras do historiador britânico Anthony Pagden chegam em um momento em que algumas forças insistem em dinamitar a herança do Século das Luzes. "O Iluminismo é um projeto importante e em incessante evolução. Proporciona uma imagem de um mundo capaz tanto de alcançar certo grau de universalidade quanto de libertar-se das restrições do tipo de normas morais oferecidas pelas comunidades religiosas e suas análogas ideologias laicas: o comunismo, o fascismo e, agora, inclusive, o comunitarismo", afirma Pagden.

Winston Manrique Sabogal. "O Iluminismo continua oferecendo uma arma contra o fanatismo". www.unisinos.br. Adaptado.

No texto, o Iluminismo é entendido como

- a) um impulso intelectual propagador de ideologias políticas e religiosas contrárias à hegemonia do Ocidente.
 - b) um movimento filosófico e intelectual de valorização da razão, da liberdade e da autonomia, restrito ao século XVIII.
 - c) uma tendência de pensamento legitimadora do domínio colonialista e imperialista exercido pelas nações europeias.
 - d) um projeto intelectual eurocêntrico baseado em imagens de mundo dotadas de universalidade teológica.
 - e) uma experiência intelectual racional e emancipadora, de origem europeia, porém passível de universalização.
9. O mundo seria ordenado demais, harmonioso demais, para que se possa explicá-lo sem supor, na sua origem, uma inteligência benevolente e organizadora. Como o acaso poderia fabricar um mundo tão bonito? Se encontrassem um relógio num planeta qualquer, ninguém poderia acreditar que ele se explicasse unicamente pelas leis da natureza, qualquer um veria nele o resultado de uma ação deliberada e inteligente. Ora, qualquer ser vivo é infinitamente mais complexo do que o relógio mais sofisticado. Não há relógio sem relojoeiro, diziam Voltaire e Rousseau. Mas que relógio ruim o que contém terremotos, furacões, secas, animais carnívoros, um sem-número de doenças – e o homem! A história natural não é nem um pouco edificante. A história humana também não. Que Deus após Darwin? Que Deus após Auschwitz?

André Comte-Sponville. *Apresentação da filosofia*, 2002. Adaptado.

Sobre os argumentos discorridos pelo autor, é correto afirmar que a existência de Deus é

- a) defendida mediante um argumento de natureza estética, em oposição ao caráter ideológico e alienante das crenças religiosas.
- b) tratada como um problema, sobretudo, metafísico e teológico, diante do qual são irrelevantes as questões empíricas e históricas.
- c) abordada sob um ponto de vista bíblico-criacionista, em oposição a uma perspectiva romântica peculiar ao iluminismo filosófico.
- d) problematizada mediante um argumento de natureza mecanicista-causal, em oposição ao problema ético da existência do mal.
- e) tratada como uma questão concernente ao livre-arbítrio da consciência, em detrimento de possíveis especulações filosóficas.

- 10.** José Bonifácio de Andrada e Silva, homem público e cientista respeitado na Europa, desempenhou papel decisivo no processo de emancipação do Brasil. De ideias avançadas, defendeu a extinção do escravismo, a valorização da pequena e da média propriedade, o uso racional dos recursos naturais e a tese pioneira da preservação do meio ambiente. Ele achava que a finalidade última da ciência é contribuir para o bem da humanidade de modo racional e eficiente.

As ideias que influenciaram diretamente a formação intelectual e política de José Bonifácio estão contidas no

- a) Naturalismo.
- b) Iluminismo.
- c) Renascimento.
- d) Socialismo.
- e) Jacobinismo.

Gabarito

1. D

A liberdade não pode ser definida como a permissão de fazer tudo, mas sim apenas aquilo que se instituiu permitido através da Lei formulada por um legislador capaz. Ora, se todos pudessem fazer tudo que desejassem, pensa Montesquieu, então não haveria liberdade, pois todos abusariam constantemente dessa permissão de fazer tudo.

“A liberdade política, num cidadão, é esta tranquilidade de espírito que provém da opinião que cada um possui de sua segurança; e, para que se tenha esta liberdade, cumpre que o governo seja de tal modo, que um cidadão não possa temer outro cidadão”.

B. Montesquieu. *Do espírito das Leis*. In *Coleção Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 169.

De modo que devemos considerar necessário um equilíbrio do poder para que não ocorra algum abuso dele, e a disposição das instituições deve se dar de tal maneira que os poderes se balanceiem. São livres, apenas os estados moderados, pois neles os poderes Legislativo, Executivo, Judiciário se contrapõem garantindo a integridade e autonomia de cada um, e a liberdade de todos os cidadãos.

2. C

Montesquieu é considerado como o teórico da separação dos poderes. É sua a ideia da necessidade de divisão entre poder judiciário, legislativo e executivo, ideia esta que, ainda hoje, é defendida e vigora na Constituição da grande maioria dos países democráticos.

3. B

É certo que a liberdade da sociedade democrática é justificada pela sua limitação designada pela constituição da lei, porém a grande questão passa, então, a ser: qual é o conteúdo da lei? Se a democracia é um regime fundado sobre o valor da liberdade, então como a própria lei poderia livrar-se desse condicionamento primordial? O que Montesquieu estabelece é a necessidade de a lei ser a limitação da licença de se fazer tudo aquilo que não esteja de acordo com a racionalidade do espírito da lei.

4. B

Como a liberdade do cidadão depende da brandura das leis criminais, então é necessário cautela durante a definição dos tipos de crimes. Tudo precisa estar de acordo com a natureza do crime cometido e a pena deve ser favorável à liberdade do cidadão, ou seja, a mais branda possível. Sobre o crime contra religião deve-se ter em mente que a penalidade pelo crime de sacrilégio nunca será uma vingança em nome da Divindade. A pena para este tipo de crime deverá, portanto, ser a privação das vantagens da religião. Do mesmo modo, os crimes de segundo tipo (contra os costumes), de terceiro (contra a tranquilidade) e quarto (contra a segurança) também possuem as suas penalidades derivadas de sua natureza. O criminoso contra os costumes será penalizado com a privação das vantagens de se manter a integridade do costume – ele será multado, desonrado, sofrerá com a infâmia pública, etc.; assim será em relação à tranquilidade – prisão, exílio, etc.; e ultimamente em relação à segurança – pena corporal, incluindo a pena de morte.

5. A

Cada tipo de regime político possui, segundo Montesquieu (1689-1755), um princípio regimental. Para que as funções do governo sejam suportadas pela opinião geral dos cidadãos, o governante deve motivar e mobilizar um comportamento específico do cidadão a partir deste princípio. Em governo despótico o princípio é o medo que os cidadãos possuem do governante, para a monarquia é o amor à

honra que o governante consegue fazer florescer nos cidadãos e para a democracia é o amor à virtude. Este amor à virtude significa que os cidadãos devem estar dispostos a priorizar os interesses da comunidade e considerar secundários os interesses privados. Em “Do Espírito das Leis” (1748) é dito que uma democracia se corrompe quando os cidadãos deixam de considerar que o interesse público se sobrepõe ao interesse privado.

6. C

A valorização monetária do voto não é algo espantoso. Os exemplos são tantos que não podemos considerar estranho o abuso do poder e da liberdade. Mesmo sabendo que desta corrupção surge a tirania, o ato ingênuo de trocar o voto por dinheiro ocorre. A dignidade do governo e a plenitude da liberdade dependem da confiança que o cidadão possui, da segurança que o cidadão sente. O povo não adquire liberdade vendendo os votos, evidentemente, o povo adquire liberdade ao sobreviver sob a regulação de uma Lei protetora.

7. C

A obra “O Espírito das Leis” (1748) de Montesquieu (1689-1755) é muito conhecida, entre vários outros motivos, pela sua teoria sobre as relações entre condições climáticas e geográficas para a produção de certa cultura e o espírito das pessoas. Deste modo, as noções de liberdade dependeriam de fatores locais e culturais – evidentemente, se as populações de acordo com fatores externos determinam noções específicas de liberdade, então também estes fatores tornam a população inclinada a tipos específicos de regime político.

8. E

O conjunto de ideias iluministas, assim como no século XVIII, é apresentado pelo autor como uma postura intelectual, baseada na razão e no humanismo, que possibilita a autonomia e a emancipação dos indivíduos em relação aos fundamentalismos existentes nas sociedades. Esses valores, para o autor, podem ser universalizados, apesar da sua origem europeia ocidental.

9. D

No texto, o autor questiona a existência de Deus a partir da oposição entre a perspectiva mecanicista-causal, que estabelece a existência de Deus como necessária diante da ordenação e complexidade do universo, que implicaria uma força causal inteligente, e a perspectiva ética, a partir da qual as ações humanas moralmente questionáveis contradizem a ideia da existência de Deus.

10. B

Antes de atuar no processo de Independência, José Bonifácio estudou por cerca de 30 anos na Europa, do fim do século XVII ao início do século XVIII. Ali, assistiu ao processo da Revolução Francesa e assim, assimilou muitos dos ideais iluministas do período.